



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0003043-42.2013.8.26.0566 - 2013/000189**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 50/2013 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Réu: **Wanderlei Simões**
 Data da Audiência: **09/10/2014**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de Wanderlei Simões, realizada no dia 09 de outubro de 2014, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR WILLIAM DANIEL INÁCIO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. JONAS ZOLI SEGURA**. Iniciados os trabalhos foi inquirida a testemunha **SIDNEY ROGERIO ROSALINO**. As partes desistiram nas oitivas das vítimas **MARCELO RODRIGO SILVA DE CAMARGO, FERNANDO GOMES, RENATO BARBOSA**, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO**: MM. Juiz: trata-se de ação penal proposta contra o acusado **WANDERLEI SIMÕES CARVALHO** pela prática de tentativa de furtos qualificados em continuidade delitiva. Instruído o feito, requeiro a procedência da ação. O acusado é confesso e a prova oral corrobora com sua confissão. Requeiro a procedência nos termos da denúncia. **DADA A PALAVRA À DEFESA**: MM. Juiz: O acusado foi denunciado pela prática do crime previsto no artigo 155, § 4º, I, c.c. artigo 14, II, c.c. artigo 71, todos do Código Penal. Em juízo, o acusado confessou a prática dos fatos narrados na denúncia. Assim, no tocante à dosimetria da pena, requer-se a compensação da reincidência com a confissão. O furto se deu na modalidade tentada, devendo ser reconhecida a causa de diminuição de pena prevista no artigo 14, parágrafo único, em seu grau máximo. No tocante ao regime inicial de cumprimento de pena, é caso de fixação de regime diverso do fechado. Todavia, caso fixado regime fechado, verifica-se que o acusado ficou preso preventivamente por este processo do dia 23/02/2013 até 27/12/2013, quando foi revogada a sua prisão preventiva. Assim, o tempo de prisão provisória deve interferir na adequação do regime inicial. No mais, o acusado progrediu há menos de um mês para o regime semiaberto, de modo que impor novamente o regime fechado certamente não atenderá ao fim da ressocialização que a pena deve conter. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. Wanderlei Simões**, qualificado, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, I, c.c. artigo 14, II, c.c. artigo 71,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

todos do Código Penal, sob a acusação de que em dia, horário e local constante da inicial praticou o crime de furto qualificado. Foi citado, interrogado, colhendo-se o depoimento de uma testemunha. Em alegações finais o Ministério Público pediu a procedência e a defesa pugnou pela improcedência. **É o relatório. DECIDO.** O acusado confessou em juízo a prática dos fatos narrados na denúncia. Os demais elementos de convicção que constam do processo confirmam amplamente a confissão, atendendo ao disposto ao artigo 197, do CPP. Procede a acusação. Passo a fixar as penas. Para cada um dos furtos, fixo a pena base em 3 anos de reclusão e 15 dias-multa, devido aos antecedentes. O acusado é confesso. Sua confissão revela arrependimento crível. Ademais, sua confissão informa que o motivo do fato foi severa situação de vulnerabilidade. Assim, tomo a confissão como preponderante sobre a reincidência e mantenho as penas no mínimo legal. Considerando o iter percorrido, reduzo a pena de metade, perfazendo o total de 1 ano de reclusão e 7 dias-multa. Duas foram as condutas, as quais reconheço em continuidade delitiva, razão pela qual aumento a pena de um sexto, perfazendo o total de 1 ano e 2 meses de reclusão e 8 dias-multa. Considerando a reincidência e os maus antecedentes, mas também considerando a confissão, a situação de vulnerabilidade que foi o móvel do crime, considerando ainda os sinais de arrependimento do acusado, bem como que já se encontra trabalhando em regime semiaberto pelo cumprimento de pena de outro fato, Estabeleço o regime semiaberto para o início de cumprimento de pena. Não vislumbro possível a substituição da pena reclusiva pela restritiva de direitos nem o sursis. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. Diante dos antecedentes e das ferramentas disponíveis, não vislumbro possibilidade de nesta sede decidir sobre a detração ou regime diverso, com base no artigo 387, §2º, do CPP. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **Wanderlei Simões** à pena de 1 ano e 2 meses de reclusão em regime semiaberto e 8 dias-multa, por infração ao artigo 155, § 4º, I, c.c. artigo 14, II, c.c. artigo 71, todos do Código Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Registre-se e comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: